



Advogado de Suzane rouba a cena no julgamento

Nem réus nem testemunhas. A estrela que rouba a cena no Tribunal do Juri que julga Suzane von Richthofen e os irmãos Christian e Daniel Cravinhos é o advogado **Mauro Octávio Nacif**, o defensor da ré. Espalhafatoso, com um ego enorme e idéias mirabolantes que ele próprio considera geniais, Nacif se sente ofendido por ser chamado de príncipe das nulidades. Ele acredita ser, simplesmente, o rei. Seus seguidores mais devotos acham que ele é apenas o papa das nulidades. “Sou assim mesmo. Verdadeiro. Me comporto no júri como o povo gosta de ver”, imagina Nacif.

O advogado de Suzane mostra que não suporta ser contrariado e é, na maioria das vezes, o dono da última palavra. Seu comportamento no plenário do júri mais esperado do ano é comentado por todos os presentes. Os sorteados para assistir ao julgamento chegam a sair da sala por “não suportar alguém que fale tanto”.

Na manhã desta terça-feira (18/7), o advogado deu mais uma demonstração de seu comportamento temperamental. Quando Andreas von Richthofen, irmão de Suzane, era ouvido como informante, Nacif questionou a possibilidade de alguém nessa situação ter direito ao silêncio.

Tudo começou quando o advogado perguntou para Andreas como é que a pistola automática entregue ao Ministério Público foi encontrada no jardim da casa de Marísia e Manfred von Richthofen pelo tio Miguel Abdala. Irritado com o clima de criminalização criado por Nacif, Andreas respondeu ironicamente que um “passarinho verde” tinha contado para ele o paradeiro da arma.

Nacif ficou irritado. “Enquanto você vem com ironias, sua irmã, que te ama tanto, está lá dentro, presa e algemada”. Andreas retrucou. “Se me ama tanto, porque fez tudo isso comigo?”

Depois desse momento, o irmão de Suzane se negou a responder às demais perguntas do advogado de defesa da ré. Nacif disse ao juiz Alberto Anderson Filho que ele não tinha o direito de fazer isso, mesmo prestando esclarecimentos como informante. Para justificar o argumento, invocou o artigo 206 do Código de Processo Penal. Segundo explicou o advogado, a regra dá base para que o informante seja obrigado a falar, caso não haja outra possibilidade de se descobrir a verdade, sob pena de nulidade.

O juiz indeferiu o pedido. “O que acho melhor, doutor Nacif, é o senhor refletir sobre a forma que se dirige a testemunha. Não admito esse tipo de comportamento no meu plenário”, ressaltou. O promotor Roberto Tardelli também criticou o comportamento de Nacif. “O senhor vem com uma reflexão absolutamente piegas. Essa situação gera desconforto. Não vou permitir que o senhor criminalize a maior vítima desse processo”, disse o promotor, exaltado.

Aos poucos os ânimos se acalmaram. Nacif continuou com as perguntas. Insistiu incansavelmente para que o irmão de Suzane contasse sobre a entrevista dada pelos irmãos Cravinhos à rádio Jovem Pan. Na ocasião, os Cravinhos disseram que Manfred abusava sexualmente de Suzane e de seu irmão. Ele contou sobre os fatos quando esclarecia a questão ao juiz. Mesmo assim, Nacif fez várias perguntas no mesmo sentido.



Andreas desmentiu a versão. “Meu pai era um homem muito mais digno do que muitos homens daqui”, respondeu. O juiz também se arriscou a explicar o comportamento de Nacif. “Ele é um homem repetitivo. Faz muitas perguntas, às vezes, que já foram respondidas a mim, porque age com falta de atenção.”

Bola da vez

Essa não é a primeira vez que Nacif assume a pauta das conversas dos corredores dos fóruns ou das redações dos jornais. No dia 5 de junho, o julgamento foi adiado depois de uma manobra dos advogados Mario Sérgio de Oliveira e Mauro Otávio Nacif. Eles se retiraram do plenário em protesto contra a decisão do juiz Alberto Anderson Filho, de ignorar a ausência de uma testemunha da defesa e prosseguir com os trabalhos.

A alegação dos advogados foi a de que isso prejudicaria o julgamento. Segundo eles, a testemunha era essencial para provar a inocência de Suzane. Depois do fato, Nacif foi procurado por praticamente toda a imprensa para explicar seu comportamento precipitado.

Júri

Os três réus são acusados de planejar e matar os pais de Suzane na casa em que a família vivia, na zona sul da capital paulista. Suzane, Christian e Daniel estão presos. Foram denunciados pelo Ministério Público por duplo homicídio triplamente qualificado por motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima. Christian Cravinhos, especialmente, também responde por furto no mesmo processo. O crime aconteceu em outubro de 2002.

A estratégia traçada pela defesa dos irmãos Cravinhos é de que foi Suzane quem arquitetou o plano. Os advogados da jovem afirmam o contrário: para eles, Suzane sempre foi inocente e não poderia ter planejado o assassinato dos pais, porque se relacionava muito bem com eles.

Date Created

18/07/2006